



JORNAL DO SINPOL

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANO XXIV – Nº 52 – ABRIL/MAIO/JUNHO 2019 — Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro - Rio - Tel.: 2507 -0757

Filiado à



Email: atendimento@sinpol.org.br

Site: www.sinpol.org.br

SINPOL entrega reivindicações ao secretário Marcus Vinícius

Os dirigentes do SINPOL, Fernando Bandeira, Luiz Prates e Luiz Otávio Antunes, entregaram dia 25 de janeiro a pauta de reivindicações da categoria ao secretário da Polícia Civil, delegado Marcus Vinícius. Documento este que já havia sido encaminhado ao governador Wilson Witzel. Na oportunidade pediram que fizesse ingerências junto ao governador para que as reivindicações fossem atendidas, entre elas, o plano de saúde custeado em 50% pelo Estado, recomposição das perdas inflacionárias dos últimos 5 anos para ativos, aposentados e pensionistas. E também a regularização do pagamento das metas e do RAS, sempre pagos com atraso.

Pedem ainda que o governo do Estado faça novos concursos com urgência, tendo em



Com o secretário Marcus Vinícius (D), o presidente Bandeira (C), vice-presidente, Luiz Prates e o secretário Luiz Otávio (E - de pé)

vista que o efetivo em todo Estado é de aproximadamente 9.000 agentes. E as leis estaduais 699/83 e a 3586/01 prevêem um efetivo de 23.100 policiais civis. Muito importante também é que haja reaproveitamento dos policiais aposentados em condições de trabalhar no serviço ativo, diante da necessidade de preencher as vagas existentes, como ocorre na PM e nas Forças Armadas. Desse contingente atual de 9.000, cerca de 30% já recebem abono permanência e estão prestes a se aposentar.

Outra reivindicação importante é o menor tempo de progressão entre as classes para a promoção dos agentes. Muitos inspetores reclamam que ficam quase 10 anos sem promoção. Recentemente o Estado ficou dois anos sem promover nenhum policial civil.

Contas do SINPOL são aprovadas pelos associados

Os associados do SINPOL em assembleia realizada no dia 26 de abril, de acordo com o artigo 23 do estatuto, aprovaram a prestação de contas do Sindicato referentes aos

anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, atendendo a convocação publicada no jornal O DIA, de 13 de abril. O acúmulo desses anos foi devido ao processo judicial propondo

anulação da eleição do Sindicato em 2014.

A reunião foi de extrema importância, uma vez que todos os participantes puderam analisar e apreciar todos os gastos, com a apresentação detalhada do contador Eduardo Barcelos. Anteriormente, os membros do Conselho Fiscal do SINPOL, Flávio Antonio Azedo do Amaral, Pedro Jesuino Ferreira e Raimundo Nonato Melo, se reuniram dia 20 de março, na sede do Sindicato e aprovaram as contas referentes aos anos de 2014 a 2018.



Associados aprovam a prestação de contas

GEAT – Cálculos para pagamento já estão prontos

Os cálculos para o pagamento da GEAT dos 978 associados do SINPOL já foram feitos. Foi calculado caso a caso, individualmente. De acordo com o perito-contador, contratado pelo Sindicato, já que o Estado se recusou a pagar as despesas e honorários com o contador judicial, os valores a receber variam de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil. O valor total da execução ultrapassa R\$ 20 milhões. Todos os sindicalizados ao SINPOL têm direito a receber a gratificação no período em que

ela esteve em vigor: maio do ano 2.000 a junho de 2.002. A GEAT deixou de ser pago no governo Ga-

rotinho com a implantação do Plano de Cargos e Salários, chamado de “Casas Bahia”.

**1º DE MAIO
DIA DO TRABALHADOR**

**Parabéns POLICIAIS CIVIS,
TRABALHADORES
24 HORAS POR DIA!**

SINPOL - 25 ANOS DE LUTAS
Tel. 2224-9571
E-mail: atendimento@sinpol.org.br

www.sinpol.org.br
Rua Riachuelo nº 191B - Térreo - Centro - Rio

Banner colocado em frente à Chefia de Polícia, no Centro

Sem efetivo, impunidade aumenta

Editorial - Página 2

Vitória do SINPOL: mil vagas na PCERJ

Página 2

Cidade da Polícia tem repartição interdita

Página 3

DPs das Zonas Norte e Oeste largadas

Página 3

SINPOL quer a volta dos terceirizados

Página 4

EDITORIAL

Sem efetivo,
impunidade aumenta

Quatro meses são passados desde a posse do governador Wilson Witzel, que tem como grande preocupação de seu mandato, manifestada desde a campanha – a segurança pública.

O SINPOL encaminhou a ele a pauta de reivindicações da categoria que tem entre os vários pontos, um que destacamos aqui, por ser muito importante, já que ajudaria o governador na questão em foco. Trata-se do aumento do efetivo de policiais, urgência das urgências, pois sem agentes em número adequado, como resolver a questão do aumento da violência? É do conhecimento geral que o Rio de Janeiro passa por grave crise econômica gestada em governos anteriores, que tem como conseqüência o alto índice de desemprego, que provoca por sua vez aumento da violência.

Com o pequeno efetivo de policiais – cerca de 9 mil, como investigar os casos crescentes de roubos, furtos, seqüestros, homicídios, entre outros delitos que ocorrem no 3º estado mais populoso do país, com cerca de 17 milhões de pessoas? Sem investigação não tem como o Ministério Público pedir a punição dos criminosos. Essa foi a preocupação do SINPOL ao encaminhar ao governador o pedido de aumento do efetivo, que só pode ser cumprida com a abertura de novos concursos. Também sugeriu que os aposentados pudessem ser aproveitados nas investigações, como ocorre na Polícia Militar.

O SINPOL concorda com o governador no que se refere à preocupação com a segurança pública, que reflete a vontade do povo do Rio de Janeiro – de viver em Estado que tenha a suas polícias, tanto a militar, como a civil – para protegê-lo.

SINPOL presente no congresso
da Cobrapol em Brasília

Nos dias 25, 26 e 27 de janeiro ocorreu o 1º Encontro Nacional de Diretores Jurídicos das Entidades Filiadas à Cobrapol – COBRAJUR, realizado na Associação Geral dos Policiais Civis – AGEPOL, em Brasília. Representaram o SINPOL os dirigentes Leonardo Mota, Daisy Rocha e a advogada Maria Goretti Rodrigues.

O encontro teve por objetivo organizar as próximas ações da Cobrapol junto ao governo federal e em preparação para o início dos trabalhos no Congresso Nacional. Foram estudadas, discutidas e deliberadas as seguintes pautas: Ciclo Completo de Polícia; Reforma do CPP; Unificação das Polícias; Reforma da Previdência e Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil. No que se refere à Reforma da Previdência, ficou decidido que cada sindicato levará as propostas sobre Aposentadoria Policial para os Deputados Federais eleitos em seus Estados, para suas bases e também em seus gabinetes, em Brasília.

Proposta do SINPOL tem resposta:
mil vagas na PCERJ

Dia 30 de janeiro o governador Wilson Witzel anunciou concurso para a Polícia Civil em 2019. A declaração foi resultado da reunião que a direção do SINPOL teve dia 25 com o secretário de Polícia Civil, Marcus Vinicius, ocasião em que entregou a pauta de reivindicações pedindo concursos urgentes, aproveitamento dos aposentados no serviço ativo, atualização salarial dos últimos cinco anos, entre outras propostas.

Segundo Wilson Witzel, serão oferecidas mil vagas para agente, delegado e perito. A distribuição do quantitativo, entretanto, não foi revelada. De acordo com o governador, a iniciativa tem o objetivo de reforçar a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, proposta que defendeu em sua campanha.

O secretário Marcus Vinicius informou que os preparativos para a seleção



Witzel exhibe distintivo da PCERJ

estão adiantados, ressaltando que “o governador já autorizou a comissão de concursos, que já se reuniu e deu início aos trabalhos para que tudo saia dentro dos prazos.”

Concurso sairá rapidamente

“A Segurança Pública continua sendo uma das prioridades do nosso governo. Sabemos que uma Polícia Civil bem

aparelhada e com capacidade de investigação poderá desmobilizar o crime organizado. Os resultados estão começando a aparecer. Além de mais policiais nas ruas, a Secretaria de Administração penitenciária está fazendo diversas vistorias nas cadeias para apreender celulares e drogas”, disse o governador Wilson Witzel.

Já o secretário da Casa Civil e Governança, José Luiz Zamith, informou que “o estudo do edital será submetido ao Conselho do Regime de Recuperação Fiscal para mostrar que não haverá desequilíbrio financeiro, pois há uma vacância de mil vagas na Polícia Civil”. De acordo com as declarações do governador e do secretário de Polícia Civil o concurso sairá logo, já que o Estado tem déficit de mais de 15 mil policiais civis, tendo como referências as Leis 699/83 e 3586/01 que prevêem um efetivo de 23.100 policiais.

“SINDPOL” cai na malha fina da Polícia Federal

O SINDPOL tenta de todas as formas confundir a categoria dos Policiais Civis do Rio de Janeiro, induzindo a erro o judiciário, usando artifícios duvidosos para obter “CERTIDÃO SINDICAL” e finalmente, de forma perversa e maldosa, divulgando matérias na mídia e nas redes sociais se intitulando o único e legítimo sindicato representativo dos Policiais Civis. Embora tenha sido emitida a referida Certidão Sindical em 23/11/2018, é de conhecimento público que a Polícia Federal deflagrou no dia 13/12/2018, a 5ª fase da Operação Registro Espúrio, que investiga fraudes e desvios relacionados a registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho.

Na 1ª fase da Operação Registro Es-

púrio, em maio de 2018, incluiu também o SINDPOL que no MT aparece como - SINDICATO DE TODAS AS CATEGORIAS POLICIAIS CIVIS DE CARREIRA E DA AUTORIDADE POLICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 32.360.935/0001-75, na Portaria SRT/MT nº 33, de 20 de junho de 2018. Este sindicato foi desativado por falta de atualização cadastral, principalmente, após a morte do seu fundador, o policial civil “Formiga” que suicidou-se. Um grupo de disidentes do SINPOL – ativo a partir de 1993 – tenta desde 2012 regularizá-lo como Sindpol.

Tiveram o registro suspenso 92 sindicatos

Em consequência da Operação Registro

Espúrio, o Ministério do Trabalho suspendeu o registro de 92 entidades sindicais no país (Entre elas o Sindpol) e um grupo executivo foi nomeado para averiguar as possíveis irregularidades.

Deu no **Diário Oficial da União**, em 13/12/2018: “NOTA - O Ministério do Trabalho acompanha as ações desenvolvidas pela Polícia Federal nesta quinta-feira (13) com o propósito de apurar eventuais irregularidades em autorizações de restituição de imposto sindical. Cabe ressaltar que, desde o início da atual gestão, foram tomadas todas as medidas necessárias para apuração, a fim de evitar prejuízos ao erário e sanar possíveis problemas”.

SINPOL defende segurança privada na CIDPOL



Policiais civis ficam na portaria fazendo a vigilância da entrada principal

Com a calamidade financeira decretada pelo ex-governador interino, Francisco Dornelles, o Estado deixou de pagar às empresas terceirizadas que prestavam serviços às delegacias e Cidade da Polícia. Os policiais civis reclamam que na Cidade da Polícia – Cidpol, os agentes de várias delegacias se revezam para fazer a segurança das duas portarias do complexo policial, na Avenida Suburbana, cercada de fave-

las como Jacaré, Jacarezinho e Mangueiros. Antes, esse serviço era executado por vigilantes patrimoniais, acostumados com esse tipo de tarefa. Os policiais se queixam que fazem esse trabalho de “portaria” na folga. O retorno dos vigilantes privados na Cidpol é uma reivindicação do SINPOL e fundamental para que os agentes desempenhem melhor sua função investigativa.

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro. CEP: 20.230-010 - TEL:(21)2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br — Site: www.sinpol.org.br

Diretor Redação: Fernando Bandeira – Edição: Claudio José – RG. MTE nº31.381 – Redação: Claudio José e Maria Helena

Fotos: Cláudio José e Bruno Maciel – Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira

Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ – Tiragem: 10 mil exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA 2018/2022

Presidente - Fernando Antonio Bandeira (Comissário), **Vice-Presidente** - Luiz Alberto Cutalo Prates (Inspetor), **Secretário Geral** - Luiz Otávio Antunes (Comissário), **Secretário Adjunto** - Renato Saldanha Alvarez (Comissário), **Tesoureiro Geral** - Leonardo Motta de Faria (Inspetor), **Tesoureiro Adjunto** - Daisy Lourdes Corrêa da Rocha (Oficial de cartório). **SUPLENTEs**: Humberto Giudice Fittipaldi Filho, Marcius de Carvalho Pereira **CONSELHO FISCAL** – **Efetivos**: Mario Castellano, Flavio Antonio Azedo do Amaral, Jonathas Simples de Oliveira Junior. **Suplentes**: Pedro Jesuino Ferreira, Raimundo Nonato Melo, Valter Escarlate. **CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA**: Natalício Ferreira de Araújo, Tadeu Pitanga da Silva, Gilson Rodrigues. **Suplentes**: Geraldo Ferreira, Gabriel Baptista da Rosa, Neirrobson Malheiros da Silva.

SINPOL vai à Cidade da Polícia e constata irregularidades

No início deste ano, a diretora Daisy Rocha, o jornalista Cláudio José, e dois colaboradores estiveram na Cidade da Polícia – Cidpol – ouviram os policiais e constataron vários problemas.

Uma reivindicação freqüente dos agentes é sobre o plano de saúde que deve ser custeado em 50% pelo estado.

Também defendem a diminuição de tempo para o policial ser promovido. Na Desarme, um agente disse que tem cinco anos de polícia e ainda não passou da 6ª para 5ª classe, embora tenha saído sua promoção no Diário Oficial do Estado. Segundo ele, as promoções deveriam ser automáticas de 2 em 2 anos por merecimento ou antiguidade. Outro policial da mesma unidade informou que alguns coletes balísticos estão vencidos: boa parte venceu em novembro de 2018 e outra em dezembro. Segundo ele “Um tiro de perto com pistola ou fuzil contra o agente pode furar o equipamento que tem que ser substituído antes do prazo de validade”. Na Delegacia de Descoberta de Paradeiros, também a reclamação é quanto à necessidade de Plano de Saúde custea-

do pelo Estado

Ministério do Trabalho condenou repartição dentro da CIDPOL

Na Central de Garantias e Carceragem da Polinter, o problema maior é a falta de ar condicionado, pois muito concreto e celas com porta de aço torna o calor insuportável, não sendo aliviado com ventiladores.

No SESOP da Polinter, infiltrações no teto e paredes, mais a falta de ar condicionado faz com que o mofo, umidade e calor excessivo deixem o local insalubre e impróprio para trabalhar. Acionado, o Ministério



Uma sala da Central de Garantias condenada pelo Ministério do Trabalho

do Trabalho foi ao local com dois fiscais e interditou a repartição. De acordo com a funcionária que ali trabalha, baratas e até ratos se escondem entre cabos e materiais apreendidos que ficam armazenados em sua sala. Mesmo com a interdição o ex-chefe de polícia, delegado Rivaldo Barbosa, não tomou nenhuma providência.

Retrato Falado deveria passar para a Polícia Técnica

Na divisão de Retrato Falado da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE, a diretora Daisy, que é desenhista de Retrato Falado encontrou o



Raimundo Ferreira diz a diretora Daisy: falta reconhecimento ao profissional de retrato falado



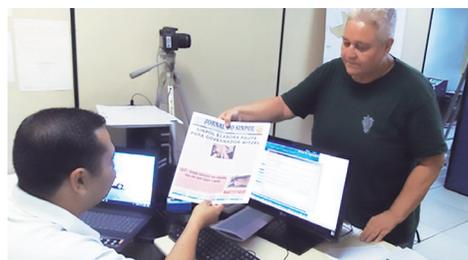
Sem manutenção viatura abandonada no pátio da CIDPOL

colega, inspetor Raimundo Ferreira, que é inspetor e está insatisfeito com a administração da polícia que não valoriza a função que exerce.

– Muitos crimes foram resolvidos com o retrato falado do criminoso. Ainda assim somos preteridos pela administração da polícia e pelo Estado. Para ele, esta função deveria passar para a Polícia Técnica e ser remunerada como perito – desenhista, diz Raimundo. “Se optassem pela inteligência, com o reconhecimento de seus valerosos quadros, a polícia seria bem melhor”,

Delegacias das Zonas Norte e Oeste abandonadas

A equipe do SINPOL liderada pelo diretor Leonardo Motta, percorreu dez delegacias das zonas Oeste e Norte da cidade, em fevereiro, entregando o jornal da categoria e ouvindo as queixas dos agentes. As delegacias visitadas foram: 30ª DP Marechal Hermes, 33ª DP Realengo, 34ª DP Bangu, 38ª DP Brás de Pina, 22ª DP Penha, 27ª DP Vicente de Carvalho, 29ª DP Madureira, 24ª DP Piedade, 23ª DP Méier e 25ª DP Engenho Novo. Uma queixa freqüente foi a falta de um plano de saúde já



Na 30ª DP Marechal Hermes, policial recebe jornal do Sinpol e reclama do baixo efetivo

que a Policlínica é ambulatorial, não tendo emergência ou internação preventiva.

Policiais criticam Martha Rocha

Na 34ª DP Bangu, a deputada estadual Martha Rocha foi alvo de críticas por não ter estendido a Gratificação Técnico-Científica a todos os policiais, quando era chefe de polícia. Segundo um agente que não quis se identificar a deputada aprovou vale transporte para familiares de preso e nunca se preocu-

pou com o vale transporte do policial civil, que ficou congelado por muitos anos e só foi atualizado graças às negociações de Bandeira com o ex-secretário Beltrame. Outro problema é o baixo efetivo para muitas ocorrências.

Já na 33ª DP Realengo, os policiais tiveram que colocar tábuas sobre o piso esburacado, evitando que o ruído dos passos sobre ele perturbasse o trabalho na DP. Segundo os agentes, as delegacias da Zona Oeste e Norte estão abandonadas.

Delegacias da Baixada recebem a visita do SINPOL

As delegacias da Baixada Fluminense receberam em janeiro, a visita do presidente do SINPOL, Fernando Bandeira e equipe. Estiveram em cinco delegacias da região: 55ª DP Queimados, 56ª DP Comendador Soares, 52ª DP Nova Iguaçu, DEAM e 39ª DP Pavuna. Na delegacia de Comendador



Na DP de Nova Iguaçu, Bandeira explicou que a falta de efetivo tem que ser resolvida



Essa delegacia, em Comendador Soares, é central de flagrantes

Soares, uma oficial de cartório disse que desde 2015, a delegacia teve 3.800 inquéritos e conseguiu entregar no prazo ao Judiciário 1.200, apesar do baixo efetivo da unidade. “Aqui um ajuda o outro e conseguimos fazer milagre. Detesto acumular papel, conclui a policial. Outro agente

disse que a Delegacia Legal seria melhor se mantivesse a estrutura das delegacias convencionais. Ou seja, com os setores separados de roubos e furtos, homicídios, sindicância, investigações, administração, apoio operacional entre outros.

Um policial, que pediu para não ser identificado, disse que “sua capacidade de trabalho é dez vezes maior do que deveria ser em consequência da falta de pessoal para tocar as investigações e inquéritos”. Realmente essa matéria do jornal do SINPOL “Falta de efetivo faz um policial trabalhar por três” é verdadeira, destacou – trabalhamos até por mais, enfatizou. O presidente Bandeira informou aos policiais que 30% do efetivo atual está para se aposentar, precisando o governo, urgentemente, contratar mais pessoal. “Estamos aguardando audiência com o governador Wilson Witzel, para entregar a pauta de reivindicações dos policiais civis”. O sindicalista explicou

que está pedindo urgentemente ao governo concursos para preencher as vagas existentes. “Temos hoje aproximadamente 9 mil policiais civis em todo estado, enquanto as Leis 699/83 e 3586/01 preveem um efetivo de 23.100 policiais.



Na 52ª DP, a equipe, tendo à frente Bandeira, foi muito bem recebida pelo plantão

Convênios e Descontos

Vários descontos são oferecidos aos associados do SINPOL que para terem acesso aos benefícios terão que pegar o encaminhamento no Sindicato à Rua Riachuelo, 191 – Térreo, Centro

Colégio Pinheiro Guimarães: Associados e familiares têm direito a 50% de desconto na formação regular que vai da creche a faculdade, assim como nos cursos técnicos e livres. Os interessados devem pegar encaminhamento no SINPOL.

Academia do Concurso Público: Nos cursos preparatórios para concursos o desconto é de 20%. Mais informações no Tel: 22249571

Colégio e Curso Tamandaré: Os filhos dos associados têm direito a 30% de desconto da 4ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O mesmo abatimento para o curso pré vestibular e preparatório para escolas militares, técnicas, CAP da UERJ e UFRJ. Válido para as unidades do Centro e do Méier

Faculdade e Colégio Simonsen: Vários cursos de 3º Grau com desconto entre 50% e 70% nas mensalidades

Oftalmologista: Exames oftalmológicos com 30% de desconto são feitos no Centro do Rio e em Niterói.

Atendimento jurídico: O atendimento jurídico gratuito é feito para associados às terças feiras das 10h às 13h e às quintas-feiras, das 14h às 17h. A advogada responsável pelo atendimento é a Dra Maria Goretti Rodrigues. Para ser atendido basta apresentar a carteira de associado ou o último contracheque.

Atendimento dentário: Um consultório moderno para implantes e outros serviços com desconto de 30% está à disposição dos associados e dependentes

INE/RJ: 30% em todos os cursos, exceto de inglês básico. Tem cursos com maior desconto que podem chegar até 70%.

Desconto de 50% na ACM Lapa: em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, musculação, entre outras.

Witzel e a polêmica dos snipers



Foto Extra

OAB e SINPOL se manifestam

Luciano Bandeira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, do Rio, reconhece que Wilson Witzel tem legitimidade para ditar as políticas de segurança, por conta do cargo que ocupa e para o qual foi eleito. No entanto, diz que atualmente a lei não permite a prática do abate. “Ao que me parece a legislação não permite isso. Decorre de uma conclusão lógica. Existe uma proposta no Ministério da Justiça de modificar a lei, para flexibilização do direito da legítima defesa para os policiais, para os agentes de segurança pública. Se há necessidade da mudança da lei, é porque hoje a lei não permite e temos que andar na legalidade, concluiu Luciano Bandeira.

Fernando Bandeira, presidente do Sindicato dos Policiais Civis - SINPOL, também pensa parecido sobre a utilização dos franco-atiradores. “Geralmente o policial necessita sempre de uma supervisão. A decisão não é dele. Mas se for para defender a própria vida ou de terceiros, o policial não precisa de autorização superior para atirar” avalia o comissário Bandeira. Atualmente, na Polícia Militar, os atiradores de elite são lotados no Batalhão de Operações Especiais (Bope). No caso da Polícia Civil, todos integram o quadro da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Por ser uma informação tida como estratégica, as duas corporações não divulgam o número de snipers existentes em cada força de segurança.

Na campanha, o ex-juiz federal Wilson Witzel chamou atenção ao prometer usar atiradores de elite, também conhecidos como snipers, para matar bandidos que estivessem em locais públicos portando fuzis ou outras armas de uso exclusivo das Forças Armadas. A promessa do então candidato do PSC constava em seu plano de governo, apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Apesar de a legalidade da prática ser questionada, o governador sugeriu em entrevista dia 31 de março de 2019 ao jornal O Globo, que os atiradores já estão agindo. “Os snipers são usados de forma absolutamente sigilosa. Eles já estão sendo usados, só não há divulgação. Quem avalia se vai dar o tiro na cabeça ou em qualquer outra parte do corpo é o policial. O protocolo é claro: se alguém está com fuzil, tem que ser neutralizado de forma letal”, disse.

SINPOL pede a volta dos terceirizados nas DPs

Há mais de dois anos que as delegacias estão sem o pessoal terceirizado: assistentes sociais, psicólogas e síndicos, como também os trabalhadores de limpeza. Eles deixaram suas funções desde que o estado deixou de pagar as faturas para as empresas que forneciam essa mão de obra. Em decorrência da falta desse pessoal, os policiais ficaram mais sobrecarregados, pois tem que atender as partes

no balcão da unidade policial. Isso prejudica o atendimento e a apuração dos fatos, sendo necessário os policiais pedirem aos comerciantes próximos às DPs, material de limpeza e higiene. O SINPOL já esteve com o secretário de Polícia Civil, delegado Marcus Vinícius, pedindo que o estado reveja esses contratos, voltando a colocar esse pessoal especializado no atendimento à população.



Balcão vazio na delegacia de São Cristóvão

Aposentados são necessários nas DPs

Para fazer frente à falta de pessoal, O SINPOL vem solicitando ao governo do Estado e ao secretário da Polícia Civil, a contratação dos policiais aposentados, em boas condições de saúde, para fazer os serviços internos das delegacias, deixando livre os demais policiais para se dedicar à investigação – atividade fim da Polícia Civil. A exemplo do que ocorre nas Forças Armadas e Polícia Militar, que utilizam os inativos

em outros serviços, o mesmo modelo pode ser aplicado na PCERJ que hoje tem aproxi-

madamente 9 mil policiais civis, sendo que desse efetivo, cerca de 30% está para se

aposentar. O efetivo previsto em lei é de 23 mil policiais civis em todo estado.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: 2224-9571

IMPRESSO